

**ПОТЭМКИН**

**v.1, n.1, 2019.**

## E agora, José? A Universidade (como a conhecemos) acabou?

POR LUIZ CARLOS DE ALMEIDA BATISTA PUSTIGLIONE

Técnico em Assuntos Educacionais na UFRJ e Doutorando em Educação na UFSC.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. *Da Universidade à Commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2017.

A área da educação possui muitos debates que vão e voltam à crista da onda dos temas aos quais se dedicam pesquisadores (investidos dos mais diversos interesses) e/ou a imprensa. A questão da mercantilização da educação, em especial a de nível superior, não é um destes temas que podem se dar ao luxo de sair do centro das atenções de quem se dedica às pesquisas educacionais sob o materialismo histórico e dialético, como é o caso dos autores em questão.

Considerada a atual situação política vivida em pleno 2019, o que os autores consideram, com aparente excesso de humildade, como um “texto para debate”, revisita uma série de elementos que não só tiveram seu movimento histórico descrito no livro como deram indícios do que estaria por vir. E veio!

Já quase ao final do livro há um texto transcrito do Professor Roberto Romano que menciona as várias tentativas de instrumentalização e silenciamento da universidade e prevê — ou seria mais adequado dizer que antevê? — o futuro “supermercado disciplinar”, no qual seria transformado o ensino superior em boa medida. Ele foi considerado, de forma

otimista, como um pessimista, afinal, apenas dez anos depois, tudo estaria ainda pior do que o previsto. Pois, meus caros, menos de 3 anos após a publicação da obra em tela, não lidamos mais com uma situação na qual o governo induz, através de políticas públicas direcionadas, o crescimento da proporção entre as matrículas privadas e públicas mascarando esse movimento em avanços reais como o aumento das vagas nas federais, a política de cotas, criação de institutos etc. Lidamos agora com a governança de quem não quer mais máscaras e, tendo como uma de suas dificuldades poder voltar a algumas políticas dos governos petistas como no caso do FIES (mencionado nas notas XX), oferece a cabeça das federais numa bandeja para favorecer ao mesmo setor <sup>1</sup>.

O dado comparativo do crescimento do número de alunos da USP, que levou 80 anos para atingir uma marca que a Kroton demorou poucos anos (ou uma fusão) para igualar e superar com uma vantagem extremamente larga, dá a indicação necessária de que por mais que não fosse necessário criar um neologismo, conforme a opinião dos próprios criadores, ele não só tem sentido como pos-

**1.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/acoes-de-empresas-privadas-de-educacao-disparam-apos-cortes-do-mec/>. Acesso em: 19 mai. 2019.

sui um poder sintético acerca da situação não mais apenas tendencial, mas real e dramática, pela qual passa o ensino superior e um projeto/conceito de universidade.

Para chegar nesse ponto de reflexão e análises do tempo presente, ainda que carregadas de futuro, os autores dividiram o livro em três capítulos, com a intenção de não permitir ao leitor apenas um contato com essas elucubrações conjunturais, tendenciais e situadas historicamente no tempo presente ou em períodos muito recentes, mas com o percurso histórico da instituição que está sob exploração, permitindo assim enxergar o movimento que faz futuro e passado se entrecruzarem, como no trocadilho do título do livro.

No primeiro capítulo há uma contextualização do objeto: a universidade. Os autores procuram traçar uma linha do tempo da história dessa instituição milenar e das disputas colocadas ao seu redor. Desde o início é possível identificar que sempre havia alguma força social com a intenção de “tutelar” o conhecimento. A Igreja acabou exercendo uma influência hegemônica por longos séculos, ainda que com nuances ao longo do percurso; uma ideia que atualmente parece voltar ao centro das atenções quando se trata de ensino superior no Brasil: ela não é para ser para todos desde a sua gênese; esse é, portanto, um elemento fundante da instituição universidade.

É somente no século XVI, com o surgimento da universidade da modernidade, que os primeiros passos sob menor (ou menos constante) vigilância da Igreja puderam ser dados. Isso não quer dizer que, apesar do avanço da laicidade e da oferta estatal de educação, a

Igreja tenha contido sua sanha de dominar ou exercer hegemonia no espaço universitário e não tenha logrado êxito em muitos casos.

Nessa construção da linha do tempo da história da instituição universidade, os autores indicam que o século XIX é um ponto de interseção, aquele que contém o ponto de chegada e partida daquela universidade que o livro aborda. É a universidade que vem com a promessa de cidadania burguesa, da superação do servo tão maltratado pelo feudalismo e que agora seria “abraçado e acariciado com a cidadania” pela burguesia; a universidade seria, então, “uma das instituições demandadas a dar sua contribuição para o amalgamento dessa nova identidade pessoal e de um coletivo que passaria a pautar-se pelo princípio da igualdade” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p.28).

Teríamos, então, no século XIX, o que poderíamos chamar de síntese histórica das formas de organização e funcionamento da universidade, com a conformação do tripé fundamental a se consolidar: ensino, pesquisa e prestação de serviços/extensão. Foi um período de muitos ajustes e processos de sínteses com variadas ramificações que veio a culminar com a universidade como a conhecemos hoje em termos de instâncias administrativas e formas jurídicas. É a partir daí, por exemplo, que se começa a verificar a existência de universidades públicas, privadas (comunitárias, confessionais) e particulares, além da origem das possibilidades (e “necessidades”) de um vir-a-ser empreendedor e empresarialista.

Aqui cabe destacar algo que se apresenta ao longo do livro e que, além de ser de fundamental importância para a compreensão apro-

fundada de uma série de temas e debates que são tocados no texto, em geral, a maioria dos leitores acaba passando batido: as notas de rodapé. Os autores fornecem referências bibliográficas, informações relevantes em diversos momentos e permitem ao leitor transformar a leitura de uma pequena peça de pouco mais de cem páginas em um estudo aprofundado sobre a universidade e o processo que a levou a tornar-se mais uma *commoditie*.

Acerca do Brasil, foco do debate no segundo capítulo do livro, os autores também procuram traçar uma linha do tempo sobre a universidade brasileira, desde a criação das primeiras instituições a ofertar ensino superior, à época da vinda da família real portuguesa para o Brasil, até o período no qual se deu a “aposta na pós-graduação” brasileira como forma de fortalecer o ensino superior nacional. Apesar de esse ser um trajeto conhecido por uma grande parte dos leitores da presente resenha, é importante mencionar alguns elementos considerados relevantes e desenvolvidos pelos autores do livro, bem como destacar, mais uma vez, as notas de rodapé que nos fornecem ótimas referências para aprofundamento.

O primeiro desses elementos é o atraso do Brasil. Enquanto outros países da América Latina já possuíam universidades, por aqui a elite ainda enviava seus filhos, que viriam a cumprir algum papel de destaque econômica ou politicamente, para estudar na Europa. A oferta inicial de cursos superiores no país não se deu simultaneamente ao surgimento de uma universidade. Por algum tempo procurou-se estabelecer um ensino superior voltado às necessidades práticas existentes na colônia, desvinculado de um espaço autônomo e que

constrói um saber e uma ciência desinteressados, fornecido por escolas ou institutos.

Esse surgimento das primeiras universidades no Brasil, além de tardio, é muito heterogêneo. Já na gênese universitária nacional havia instituições particulares, aquelas frutos de parcerias público-privadas, confessionais etc. Do ponto de vista do Estado, o modelo que se consolida inicialmente é o que unifica determinadas faculdades (escolas e institutos) isoladas institui uma universidade; assim surgiram UFMG e UFRJ, por exemplo.

Do ponto de vista dos autores, portanto, a universidade brasileira sempre esteve sob tutela, seja por parte do Estado, da Igreja ou de determinados grupos de interesse que procuraram controlá-la ou contar com ela para exercer hegemonia e reforçar ideologias. A ditadura empresarial-militar aumentou substancialmente essas possibilidades de controle e abriu as portas para iniciativas de privatização “de várias cores” no nível superior da educação nacional. Neste período, consolidou-se o que os autores indicaram como uma “aposta na pós-graduação” que, apesar de não ter sido pensada pelos militares e civis do governo de turno, foi implementada por este e pelos seus sucessores. Essa aposta fazia incluir, finalmente, a pesquisa como algo central a ser feito no espaço das universidades, bem como visava um fortalecimento do corpo docente que possuía, geralmente, uma titulação acadêmica aquém da esperada para professores universitários o que, por consequência, dificultava a criação de mais programas de pós-graduação.

O “Parecer Sucupira” (977/65) pode ser considerado o “marco zero” de um modelo de

pós-graduação no Brasil que se consolidou e permitiu um crescimento quantitativo e qualitativo relevante da instituição universidade. É o momento no qual a “seleção dos mais aptos” muda de nível no país e passa da graduação à pós, permitindo também um menor êxodo de jovens pesquisadores que procuravam a Europa ou os EUA para cursá-la.

Outro ponto alto do livro é o destaque às experiências “alternativas”: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Brasília (UnB). Cada uma dessas instituições pertencia a uma instância administrativa diferente (estadual, municipal e federal respectivamente) e todas elas intencionavam, através de grupos ou pessoas envolvidas com estes processos, “resgatar o sentido original de *universitas* nessas instituições e garantir que fossem coetâneas do seu tempo” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p.41) e que, além disso, não sucumbissem diante de forças enormes como as tradições e o *status quo* em suas trajetórias inovadoras. O elo comum destes três projetos era exatamente o caráter afrontoso que eles tinham em relação à legislação extremamente centralizadora da educação nacional e que permitia muito pouco espaço para experiências inovadoras e fora do controle e supervisão do Estado.

O que poderia ser chamado de projeto original da UnB, que inaugurou a série de fundações e universidades federais – e que continha além de um projeto extremamente inovador, com centralidade à faculdade de educação e especial ênfase à pós-graduação e intencionava gozar de ampla autonomia –, não vingou. Obviamente que a ascensão do regime militar em 1964 e as restrições

impostas a Anísio Teixeira, que incluiu sua aposentadoria compulsória e a exclusão dos quadros da UnB, da qual naquele momento era Reitor, são elementos determinantes para um balanço sério sobre esse processo, mas na realidade, tudo que fugia do escopo de um projeto de universidade profissionalizante, pragmática e a serviço das necessidades do mercado era abortado ou asfixiado/afogado. Era um período de subvalorização da ciência e da arte desinteressadas, no qual dificilmente projetos com centralidade às faculdades de ciências e letras, de educação/formação de professores poderiam avançar a contento. A aposta na pós-graduação já mencionada suficientemente é que parece, com todas as contradições inerentes ao processo e apesar delas, ter feito avançar no Brasil um projeto de universidade mais denso.

Todo esse percurso histórico traçado ao longo do livro nos leva ao terceiro e último capítulo, ocasião na qual os autores procuram amarrar a argumentação e dados já apresentados para a confirmação da passagem da universidade à *commodity*. Já na primeira nota de rodapé do capítulo é apresentado um decreto de 1997 que regulamentava alguns dispositivos legais dispostos em uma medida provisória e na LDB (Lei 9394) de 1996. Segundo os autores, esse decreto não deixava margem para dúvidas do quanto a educação seria uma mercadoria negociável e do destino ao qual estava fadada a universidade neste contexto.

Obviamente que o decreto mencionado, bem como nenhuma legislação, surge “do nada”. Há uma série de intenções por trás de cada dispositivo legal que se coloca em debate e posterior implementação, em especial quan-

do se trata da educação. Nesse caso, havia um interesse praticamente declarado de favorecer a expansão de instituições de ensino superior sem que o Estado cumprisse um papel determinante na oferta dessas novas vagas. Em outras palavras, estava aberta uma temporada de expansão nunca vista do número de vagas e matrículas em cursos de nível superior no país (ainda antes da enorme proliferação de cursos à distância) e estas não seriam ofertadas pelo Estado; o Estado ficou então responsável por induzir a expansão de oferta em cursos de nível superior através das instituições privadas e particulares de ensino superior.

Há no Brasil uma situação particular que nos parece, assim como aos autores, exemplar: a expansão do ensino superior no estado de Santa Catarina. Em um estado com apenas duas universidades públicas altamente concentradas na capital, a expansão ao interior se deu através de fundações municipais que deram origem à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), organização *sui generis* no país e que congrega essas instituições que funcionam, na prática cotidiana, como as instituições particulares, cobrando mensalidades, mas ainda associadas a uma prática universitária e não meramente formativa de mão de obra de nível superior. A exceção dentro da ACADE é a UDESC que, apesar de também ser uma fundação, é pública e oferece educação de nível superior gratuita, mantida pelo Estado e com forte presença de pesquisas e projetos de extensão, mas que, como já dito, no período inicial da associação de fundações estava concentrada em Florianópolis com somente mais dois campus, um em Lages e outro em Joinville.

Com o fenômeno da *commoditycidade* avançado e a proliferação de instituições particulares despreocupadas em ser universidades, a disputa em Santa Catarina deixou de ser entre as instituições públicas e as fundações públicas de direito privado (maioria absoluta da ACADE) e passou a ser entre estas e as empresas educacionais à caça de clientes. A nota seis (6) deste capítulo, que dá conta do histórico da Uniasselvi, é esclarecedora quanto a este processo (assim como a outros que trataremos abaixo).

Esse caso específico de SC nos dá indícios da tendência à *commoditização* apontado pelos autores. Mesmo com a expansão da rede federal de universidades, em especial durante os 13 anos de governos petistas, a diferença entre alunos matriculados nas redes pública e privada de ensino segue aumentando em favor da segunda, resultado de outras políticas concomitantes dos mesmos governos, também comprometidos com a continuidade de um processo que já vinha sendo experimentado desde antes.

Esse processo de passagem do estado educador ao estado avaliador, da vitória da “metodologia dos *rankings*” e de terceirização das responsabilidades estatais a entes privados contém alguns capítulos mais importantes, entre os quais podemos citar a abertura de capital ao mercado financeiro e consequente ingresso na bolsa de valores e a formação de verdadeiros monopólios/oligopólios através de aquisições, fusões e incorporações de instituições educacionais, cada vez mais administradas por fundos privados internacionais e alguns nacionais (mas estreitamente vinculados aos primeiros). O empresário mencionado no texto transcrito de uma página virtual de

consultoria educacional que compara a venda de tomates em um supermercado à venda do que ele chama de “assentos” em instituições de ensino é exemplar desse processo no qual o que importa é a manutenção dos lucros, como em qualquer outro ramo empresarial.

Um novo tipo de instituição que oferta ensino de nível superior que substitua o que conhecemos hoje como universidade, ainda que venha a manter este nome, parece ser o horizonte com o qual vamos nos deparar ao serem mantidas as atuais tendências e processos e não ser superado o atual modo de produção e suas formas de sociabilidade. Consideradas as “experiências fundantes” de algumas universidades abordadas ao longo do livro os autores afirmam que o futuro dessa instituição estaria, na verdade, em algum lugar do passado.

O livro então nos permite a reflexão sobre a universidade em meio a uma situação política na qual os ataques às instituições públicas em especial, mas à educação e à ciência como um todo, têm produzido alguns saltos/soluções nessas tendências apresentadas. As primeiras reações conjunturais a esse primeiro momento parecem responder à altura os acontecimentos em curso, mas do ponto de vista da estratégia de defesa daqueles que pretendem manter a universidade como uma instituição que valorize o saber, a arte e a ciência desinteressados, que não seja engendrada e capturada pelo mercado e pelo capital, ainda há um longo caminho a ser percorrido e alguns processos desvelados por ou através de livros como o aqui analisado precisam ser mais valorizados e de mais atenção de nossa parte. ↗